

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria Joana Gouveia da Silva

**COOPERAÇÃO NA COPARENTALIDADE E
AJUSTAMENTO AO DIVÓRCIO: IMPACTO DA
MODALIDADE DE RESIDÊNCIA, NÚMERO
DE FILHOS E NÍVEL SOCIOECONÓMICO**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica
Sistémica da Saúde orientada pela Professora Doutora Madalena
de Carvalho e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

Resumo

Enquadramento: O número de divórcios em Portugal tem vindo a aumentar nas últimas décadas, sendo que em 2021 se registaram cerca de 59,5 divórcios em cada 100 casamentos (PORDATA, 2023). O elevado crescimento do número de divórcios indica que é uma realidade muito relevante quando se fala do bem-estar da população. Assim, é importante perceber de que forma indivíduos divorciados elaboram a separação e como esta crise impacta o funcionamento familiar, nomeadamente o exercício da coparentalidade. *Objetivos:* Este estudo pretende averiguar que fatores influenciam o ajustamento psicológico ao divórcio e o exercício da coparentalidade. *Método:* Participaram no estudo 85 sujeitos de nacionalidade portuguesa, separados ou divorciados e com filhos crianças e/ou adolescentes provenientes da relação que terminou, que responderam a um Questionário Sociodemográfico e de Dados Familiares, e às versões portuguesas do Questionário da Coparentalidade e do *Psychological Adjustment to Separation Test – A*. *Resultados:* Existe uma correlação significativa entre a modalidade de residência e a cooperação na coparentalidade, bem como uma correlação fraca significativa entre o número de filhos. Encontramos uma correlação significativa entre a modalidade de residência dos filhos e o apego ao ex-parceiro. A modalidade de residência dos filhos é uma variável determinante do exercício da coparentalidade, e o número de filhos é uma variável relevante. *Discussão e conclusões:* Espera-se que este estudo possa contribuir para um melhor entendimento da elaboração do divórcio, para intervenções que promovam o bem-estar da população em geral e da prática clínica na área da parentalidade e do divórcio em particular. Sendo um estudo exploratório poderá também direcionar linhas de investigação futuras.

Palavras-chave: Ajustamento ao divórcio, coparentalidade, modalidade de residência, número de filhos, nível socioeconómico

Abstract

Theoretical framework: The number of divorces in Portugal has been increasing in the last decades, seeing as 59,5 divorces out of 100 marriages have been registered in 2021 (PORDATA, 2023). The growing number of divorces indicates that it's a very relevant reality when we talk about the well-being of the population. Therefore, it's important to understand in what way do divorced individuals elaborate the separation e how this crisis impact the family functioning, namely the coparenting exercise. *Objectives:* This study aims to explore which factors influence the psychological adjustment to divorce and the coparenting exercise. *Method:* 85 subjects of portuguese nationality, separated or divorced and with children from the terminated relationship, answered a Sociodemographic and Family Data Questionnaire, as well as the Portuguese versions of the Coparenting Questionnaire and the Psychological Adjustment to Separation Test – A. *Results:* There is a significant correlation between the children's living arrangements and cooperation in coparenting, as well as a weak but significant correlation between the number of children and cooperation. It was also found that there is a significant correlation between the children's living arrangement and attachment to the former spouse. The children's living arrangement is a determinant variable when it comes to the act of coparenting, and the number of children is a relevant variable. *Discussion and conclusions:* It is expected that this study contributes to a better understanding of the elaboration of divorce, to interventions that promote the well-being of the overall population and the clinical practice in the parenting and divorce areas in particular. Being that this is an exploratory study, it may also direct lines of future investigations.

Keywords: Adjustment to divorce, coparenting, children's living arrangement, number of children, socioeconomic level

Agradecimentos

À Doutora Madalena de Carvalho, pela orientação, partilha e compreensão ao longo deste processo. Foi um prazer aprender consigo.

Ao Doutor Carlos Carona, que disponibilizou o seu tempo e cuja ajuda foi tão importante para a realização desta dissertação.

À Matilde e à Carlota, não queria ter acabado esta etapa com mais ninguém, e à Joana, não queria ter começado com mais ninguém. À Mariana, obrigada por teres vindo viver comigo e ao Lucas, que apareceu em boa hora.

Ao meu pai, à minha mãe e à mana Rita, que fizeram de mim o que eu sou hoje.

Por fim, e não menos importante, a mim mesma. Obrigada!

Índice

<i>Introdução</i>	5
<i>Enquadramento conceptual</i>	6
Divórcio.....	6
Divórcio e Coparentalidade	7
Ajustamento Psicológico ao Divórcio e à Separação	9
Apego ao Ex-parceiro.....	9
Solidão.....	10
Nível Socioeconómico	11
Modalidade de Residência.....	12
Número de Filhos.....	13
<i>Objetivos</i>	14
<i>Metodologia</i>	16
Caracterização da amostra	16
Instrumentos e procedimentos de investigação.....	18
Seleção da Amostra e Recolha de Dados	20
Análises Estatísticas	20
<i>Resultados</i>	21
Estatísticas descritivas dos instrumentos	21
Estudo Inferencial	22
<i>Discussão</i>	24
<i>Conclusão</i>	26
<i>Bibliografia</i>	27

Introdução

O divórcio representa uma mudança disruptiva no ciclo vital de qualquer família, pelo que é um acontecimento potenciador, tanto de crescimento dos membros dessa mesma família, como do seu disfuncionamento (Minuchin, 1974). Esta mudança envolve várias perdas, nomeadamente a perda do vínculo ao ex-parceiro, que potencia sentimentos ambivalentes em relação à separação, servindo como catalisador do conflito entre os ex-parceiros e, conseqüentemente, implicando o ajustamento psicológico ao divórcio (Weiss, 1976).

Quando o ex-casal tem filhos, estes sentimentos de ambivalência amplificam-se pois continuam a partilhar responsabilidades parentais, ou seja, existem momentos de contacto entre os ex-cônjuges (Margolin et al., 2001). Estes momentos de contacto potenciam o esbatimento dos limites entre o sistema parental e o sistema conjugal, com implicações no funcionamento psicológico e na elaboração da separação por parte do ex-casal (Moral et al., 2021).

Assim, fatores como o número de filhos e a modalidade de residência dos mesmos após a separação são importantes a considerar quando pensamos no exercício da coparentalidade e, portanto, na forma como o indivíduo elabora a separação. Para alguns autores, a modalidade de residência dos filhos determina a qualidade do contacto entre os progenitores e os filhos e a forma como as responsabilidades dos progenitores são distribuídas. Por outro lado, a qualidade da relação entre os ex-cônjuges é um fator determinante na escolha da modalidade de residência, pelo que ex-casais menos conflituosos tendem a escolher uma modalidade de residência alternada (Fehlberg et al., 2011). A investigação relativa ao impacto do número de filhos no ajustamento ao divórcio e na coparentalidade é escassa.

Quando conceptualizamos o ajustamento psicológico ao divórcio, é importante considerar os recursos que o indivíduo tem à sua disposição, nomeadamente os sociais e financeiros. Segundo autores como Maisel e Karney (2012), um indivíduo com um nível socioeconómico baixo poderá não ter acesso a recursos que ajudem no *coping* de eventos stressantes, recursos estes como cuidados de saúde e terapia. Ainda, o stress proveniente de um acesso limitado de recursos poderá servir de catalisador para o stress

proveniente do divórcio e, conseqüentemente, para o conflito entre os ex-parceiros. Para além do conflito, um baixo nível socioeconómico também impacta o exercício parental dos pais e mães divorciados (Williams & Cheadle, 2016).

Tendo em conta o estado da literatura, com o presente estudo pretendemos verificar se a modalidade de residência alternada dos filhos promove uma relação cooperativa de coparentalidade entre ex-cônjuges. Este estudo também é motivado pela falta de clareza na literatura científica em relação ao impacto do número de filhos na relação coparental e no ajustamento psicológico ao divórcio. Também nos propomos analisar se um baixo nível socioeconómico tem um impacto negativo no ajustamento ao divórcio e no exercício da coparentalidade.

Enquadramento conceptual

Divórcio

O divórcio é muitas vezes conceptualizado como uma crise no ciclo vital da família, isto é, um acontecimento disruptivo que potencia, por um lado, o crescimento dos membros dessa mesma família, e, por outro lado, o seu disfuncionamento (Minuchin, 1974). Acima de tudo, o divórcio é “um problema social e uma preocupação privada” (Damota, 2019) e representa uma mudança na vida de uma família e na vida de um indivíduo, tanto a nível social, como económico e mesmo de saúde (Kitson & Morgan, 1990). Esta mudança inclui uma série de perdas, nomeadamente a nível económico e da rede social (Ambert, 1988), que exacerbam sentimentos de solidão, insatisfação sexual e dificuldades na gestão da vida doméstica (Kitson & Morgan, 1990).

Para Weiss (1976), o sofrimento causado pelo divórcio não está diretamente relacionado com a qualidade do casamento em si ou mesmo pela vontade de acabar com este, pelo que esta angústia é mais comparável à da perda de uma figura vinculativa. Este autor (1976) teoriza que esta vinculação persiste apesar da zanga e tristeza que possa estar associada ao ex-parceiro, pelo que servirá como catalisador de conflito entre o ex-casal. Assim, o divórcio suscita emoções ambivalentes: por um lado, representa a liberdade e a saída de uma relação conjugal insatisfatória; por outro lado, representa a perda de uma figura significativa. Esta ambivalência traduz-se num impasse

entre os ex-parceiros no que toca à resolução da separação (Weiss, 1976).

No caso de um casamento com filhos, é esperado que o ex-casal mantenha uma relação civilizada entre si por bem aos mesmos, o que pode ser difícil para quem tenha uma relação conflituosa com o ex-parceiro (Kitson & Morgan, 1990). A antes designada guarda partilhada dos filhos, agora responsabilidade parental compartilhada, é definida pela responsabilidade legal partilhada por ambos os pais no que toca à educação, saúde e bem-estar geral dos filhos, num contexto pós-divórcio em que os ambos os pais são reconhecidos como importantes na vida dos filhos. Quando os progenitores não conseguem resolver os seus conflitos enquanto ex-casal esta função é prejudicada (Steinman et al., 1985).

Divórcio e Coparentalidade

O exercício da coparentalidade acontece quando as figuras parentais de uma criança partilham a responsabilidade de a criar e educar, o que implica coordenação e apoio mútuo por parte dos progenitores neste exercício (Feinberg, 2003). O autor Feinberg (2003) sugere um modelo de compreensão da coparentalidade que se divide em quatro componentes: acordo nas práticas parentais, divisão do trabalho, suporte/sabotagem e gestão conjunta da família (Lamela et al., 2010). O acordo nas práticas parentais refere-se ao grau de entendimento entre ambos os pais relativamente à educação, valores morais, necessidades emocionais e segurança da criança. O exercício de parentalidade é posto em risco quando a díade parental entra constantemente em desacordo sobre estes assuntos, o que afeta negativamente a família. A divisão do trabalho assenta na divisão de tarefas e responsabilidades relativas às rotinas diárias domésticas e de cuidados à criança, bem como de responsabilidades financeiras e legais. A satisfação com a relação coparental é influenciada por esta divisão de responsabilidades, sendo que quanto mais os progenitores sentirem que a divisão não é justa ou igualitária, maior o stress associado ao exercício das funções parentais. A componente do suporte/sabotagem refere-se ao grau de respeito e ao apoio que um progenitor dá ao outro e de afirmação das suas competências parentais. Um nível baixo de apoio reflete-se na sabotagem do exercício parental do outro, através de atitudes hostis, críticas negativas e culpabilização, o que afeta o ajustamento psicológico do indivíduo enquanto progenitor e a sua perceção de autoeficácia parental. Por último, a

gestão conjunta da família refere-se, num sentido lato, à gestão das interações familiares, ou seja, do funcionamento estrutural da família (Feinberg, 2003). Assim, a díade parental é responsável por controlar os comportamentos e a comunicação estabelecidos, não só pelos restantes membros da família, mas também entre si (Lamela et al., 2010).

Com base nestes componentes, a relação de coparentalidade pós-divórcio pode ser definida como cooperativa, de sabotagem ou conflituosa (Lamela et al., 2015). Uma relação de coparentalidade cooperativa é caracterizada pelo elevado contacto entre ambos os pais, pela satisfação com o outro par da díade parental e pela pouca interferência que cada um exerce no exercício das responsabilidades parentais do outro (Amato et al., 2011).

Numa relação de coparentalidade de sabotagem, por outro lado, existe um baixo nível de apoio e concordância no que toca aos cuidados da criança e de conflito, bem como pouco apoio entre os progenitores e altos níveis de sabotagem no exercício parental do outro. Quanto à relação de coparentalidade conflituosa, esta é marcada pelo conflito, tanto manifesto como dissimulado, e pouca concordância e apoio relativamente à divisão de responsabilidades parentais. Os indivíduos que se encontram em relações de coparentalidade conflituosas manifestam níveis mais elevados de stress e de afeto negativo relacionado com o divórcio, e níveis baixos de satisfação com a vida (Lamela et al., 2015).

No caso de divórcio ou separação, a relação de coparentalidade pode apresentar os únicos momentos de contacto entre o ex-casal, o que sugere que a relação de coparentalidade entre ex-parceiros desempenha um papel de ligação (ou até mesmo de mediação) entre o conflito conjugal e a parentalidade. Assim, a relação de coparentalidade não existe independente da relação entre os ex-parceiros (Margolin et al., 2001). No entanto, a relação entre conflito conjugal e coparentalidade não é assim tão estreita, isto é, são dois fenómenos que se influenciam, mas que se mantêm distintos, pelo que é possível haver um exercício de coparentalidade positivo entre dois indivíduos em conflito (Cowan & McHale, 1996). Posto isto, a dificuldade em elaborar a separação potencia a existência de conflito coparental, pelo que, neste caso, há um esbatimento dos limites entre o sistema parental e o sistema conjugal, e estes acabam conectados de uma forma que não promove o funcionamento psicológico, não só dos ex-cônjuges, como da família inteira (Moral et al.,

2021).

Ajustamento Psicológico ao Divórcio e à Separação

Segundo Patterson (1988), o divórcio é uma crise que, ao desorganizar o sistema familiar, provoca a mudança de hábitos e padrões para que se adequem melhor à nova realidade. Assim, o ajustamento ao divórcio é um processo de adaptação cognitiva e emocional, onde o sujeito procura significado para esta mudança enquanto cria noções de família e reorganiza as suas relações (Bevvino & Sharkin, 2003).

O ajustamento positivo pode ser definido como a ausência de sintomas de mal-estar psicológico e físico, bem como a capacidade de continuar a lidar com as responsabilidades familiares, profissionais e de lazer (Kitson & Morgan, 1990). No entanto, este processo não é linear, mas marcado por flutuações psicológicas, originadas pela redefinição de papéis, relações e estilo de vida (Cabilar & Yilmaz, 2022).

Fatores relacionados com o ajustamento psicológico ao divórcio incluem o tempo passado desde o término do casamento, a qualidade da relação conjugal terminada, se o ex-casal tem filhos e as crenças de cada um acerca do casamento e do divórcio (Cabilar & Yilmaz, 2022; Wang & Amato, 2000). Além disso, o apoio social, o nível de culpa sentida pelo sujeito e que o mesmo atribui ao ex-parceiro, a zanga sentida e os mecanismos de *coping* estão relacionados com o ajustamento pós-divórcio (Cabilar & Yilmaz, 2022). De acordo com Sweeper e Halford (2006), o grau de apego ao ex-parceiro, a solidão e a reorganização das funções coparentais são indicadores do ajustamento ao divórcio e à separação.

Apego ao Ex-parceiro

Um indivíduo com dificuldade em gerir a separação tem dificuldade em formar uma identidade separada do ex-parceiro e do que é estar casado (Kitson & Morgan, 1990). Esta dificuldade de diferenciação inibe a capacidade do indivíduo em lidar com a ansiedade e de se adaptar ao stress proveniente do divórcio (Moral et al., 2021). Assim, ajustamento e vinculação são dois conceitos distintos, mas conectados, pelo que o grau de vinculação que um indivíduo sente pelo ex-parceiro é determinante do grau de ajustamento psicológico à separação (Berman, 1988). Segundo Weiss (1976), o maior fator

de stress do divórcio é a perda da relação conjugal aliada à convivência com o ex-parceiro durante os procedimentos legais do divórcio.

Na dissolução de um casamento, o afeto que o indivíduo sente pelo ex-parceiro muda, pelo que a confiança dá lugar à desconfiança, o respeito ao desrespeito e o carinho ao desprezo. Desta forma, o amor que outrora uniu o ex-casal desvanece-se. No entanto, a vinculação que estes sujeitos sentem um pelo outro tem tendência a permanecer. Assim, um grande número de sujeitos recentemente divorciados ainda se sente atraído pelo ex-parceiro, e sofre pela separação como se não reconhecesse as partes negativas do casamento (Weiss, 1976). Esta atração pode ser manifestada através de tentativas de contacto e pânico quando essas tentativas não são bem-sucedidas, para além de sentimentos positivos relativamente ao ex-parceiro (Berman, 1988).

Solidão

O divórcio tem grandes consequências a nível da rede social do indivíduo (Terhell et al., 2004). Segundo Terhell et al. (2004), mudanças na rede social após um evento tão marcante como o divórcio são normativas e estas mudanças não envolvem só perdas, também envolvem ganhos. No entanto, perdas sucessivas na rede social afetam negativamente o ajustamento ao divórcio e causam bastante sofrimento ao indivíduo, pelo que o sentimento de carência a nível das relações pessoais está associado ao sentimento de solidão (Dykstra & Fokkema, 2007).

Com base nas noções de Robert Weiss (1973) acerca da solidão, Dykstra e Fokkema (2007) distinguiram dois tipos diferentes de solidão: solidão emocional e solidão social. Segundo estes autores, a solidão social pode ser atribuída às carências relativas à rede de suporte, enquanto a solidão emocional se relaciona com as necessidades emocionais que não estão a ser satisfeitas, como a falta de um laço exclusivo, próximo e íntimo na falta de um parceiro.

As crenças relativamente às relações são importantes a considerar quando pensamos no porquê de uma pessoa se sentir mais só após o divórcio. Indivíduos que deem muito valor ao estar numa relação romântica irão investir mais na procura de um parceiro do que em relações de outro cariz, o que poderá levar a que a rede social se mantenha pequena e que o indivíduo tenha mais dificuldades em satisfazer as suas necessidades emocionais (Dykstra &

Fokkema, 2007). Para além disso, as próprias crenças que o sujeito tem acerca do divórcio podem determinar que tipo de investimento tem no que toca à sua rede social, pelo que um indivíduo que passou por um divórcio complicado e que tenha uma visão muito negativa deste pode ficar demasiado investido no término da sua relação, dificultando a procura de novas relações (Terhell et al., 2004).

Nível Socioeconómico

O nível socioeconómico é um construto que se refere à posição social de um indivíduo e o seu acesso a recursos, determinado por um conjunto de fatores como o rendimento, educação e local de residência (APA, 2023). O nível socioeconómico é sensível a mudanças na vida de um sujeito, pelo que é esperado que este diminua como consequência de um evento disruptivo como a separação ou o divórcio (DeGarmo et al., 2019). Em relações heterossexuais, é normalmente a mulher que acaba por sofrer mais a nível financeiro em comparação com o seu ex-parceiro, isto devido às diferenças salariais existentes entre homens e mulheres e pelo facto de também ser comum as mães ficarem com a guarda única dos filhos (Kitson & Morgan, 1990).

O nível socioeconómico age como moderador das interações entre a saúde mental e eventos stressantes (Maisel & Karney, 2012), sendo que, quanto mais baixo for o nível socioeconómico, menos recursos estarão acessíveis ao indivíduo, recursos estes que serão sociais, financeiros e acesso a serviços e bens materiais. Esta falta de recursos poderá limitar o processo de ajustamento psicológico dos ex-cônjuges, bem como o exercício da parentalidade dos pais e mães divorciados (Williams & Cheadle, 2016). Desta forma, o stress associado ao limite de recursos e a um baixo nível socioeconómico poderão servir de catalisadores para o stress proveniente do divórcio.

O nível socioeconómico está associado a sintomas depressivos, a ansiedade e a baixa autoestima (Von Soeste et al., 2018; Williams & Cheadle, 2016), influenciando o exercício da coparentalidade também porque influencia o próprio estilo parental adotado pelos progenitores (Bluestone & Tamis-LeMonda, 1999). Progenitores com menos recursos financeiros têm menos acesso a informação e recursos que os poderão ajudar nas funções

parentais (Berkule-Silberman et al., 2010) e famílias com baixo nível socioeconómico tendem a viver em bairros precários, pelo que estudos comprovam que há uma tendência para estes pais adotarem uma postura rígida no que toca à educação e atitudes permissivas no que toca aos problemas das crianças e adolescentes (Baucom et al., 2017, Berkule-Silberman et al., 2010; Callahan et al., 2011). Para além disso, pais e mães com nível socioeconómico mais elevado têm mais tempo para estar com os filhos e podem investir mais na sua educação, ao contrário de progenitores com dificuldades financeiras, que tendem a sentir-se culpados por não poderem estar com os filhos e oferecer-lhes oportunidades para o futuro (Nomaguchi & Milkie, 2020).

Para Williams e Cheadle (2016), fatores económicos afetam as interações entre parceiros e ex-parceiros, aumentando o conflito, o que interfere no exercício da coparentalidade. Para estes autores, existe uma certa relação circular entre o nível socioeconómico e a saúde mental: sujeitos com baixos rendimentos tendem a sofrer de depressão e ansiedade como consequência, o que torna mais difícil a procura de emprego, mantendo, assim, o sujeito num nível socioeconómico baixo e, assim, deprimido (Williams & Cheadle, 2016). Seguindo esta linha de pensamento, a depressão, ansiedade, baixa autoestima e stress provenientes do divórcio manterão o indivíduo numa situação financeira precária, situação esta que, conseqüentemente, manterá os sintomas depressivos do sujeito. Isto impede que o indivíduo possa elaborar o divórcio, afetando o seu ajustamento psicológico relativamente à separação.

Modalidade de Residência

A escolha da modalidade de residência dos filhos após o divórcio é muitas vezes feita considerando apenas valores antiquados dos papéis de cada progenitor na família, pondo de parte a qualidade parental de cada progenitor, a relação entre os progenitores e a criança e a própria preferência da criança (Kelly, 2007).

Segundo Kelly (2007), no século XX, era esperado que o pai se responsabilizasse pelo rendimento da família, enquanto a mãe ficava em casa a tomar conta dos filhos. Assim, no caso de uma separação, seria menos disruptivo para os filhos se o seu local de residência fosse com a mãe e se o pai os visitasse ocasionalmente, refletindo o seu papel menor na educação dos filhos.

Estes papéis são antiquados no mundo ocidental de hoje e não refletem a responsabilidade parental que tanto a mãe como o pai acarretam na educação dos filhos, pelo que cada vez mais pais e mães divorciados optam por uma modalidade de residência dos filhos alternada (Havermans et al., 2017).

Vários estudos sugerem que uma modalidade de residência alternada é mais benéfica, não só para os filhos, como também para os progenitores, no sentido em que possibilita um maior contacto entre a criança e o pai e permite à mãe aliviar o fardo de carregar a maioria das responsabilidades parentais (Bauserman, 2002; Bauserman, 2012; Breivik & Olweus, 2006; Nielsen, 2011;). No entanto, estes estudos muitas vezes falham em reconhecer que a qualidade da relação coparental é determinante da própria escolha feita por ambos os pais quanto à residência dos filhos. Assim, são os progenitores com menor conflito entre si e com uma boa relação com os filhos que tendem a optar por uma modalidade de residência alternada, o que indica que não é tanto o local de residência dos filhos, mas sim fatores como as capacidades parentais, os recursos financeiros e até mesmo o nível de educação dos progenitores que influenciam o bem-estar da família (Fehlberg et al., 2011). Autores como Juby e al. (2005) sugerem que é a distribuição progressivamente igualitária das responsabilidades parentais que justifica a prevalência recente de uma modalidade de residência alternada dos filhos.

Número de Filhos

Existem poucas evidências científicas acerca do efeito do número de filhos na relação conjugal e no exercício da coparentalidade antes e depois do divórcio e não parece existir concordância na investigação. Mas Xu et al. (2015) sugerem que os filhos desempenham um papel importante na resolução de conflitos no casamento, na medida em que, após o nascimento da criança, o casal passa por um ajustamento significativo de forma a se adaptar ao novo papel parental. Para estes autores, quanto maior o número de filhos mais difícil a adaptação, sendo que o fardo de criar os filhos, e o consequente impacto negativo de os ter, aumenta. Assim, existem alguns estudos que indicam que o risco de divórcio aumenta com o número de filhos. No entanto, estes estudos falham em considerar que um casal que enfrenta a possibilidade de divórcio tem menos probabilidade de ter filhos (Thornton, 1977).

Por outro lado, existem autores que sugerem que a relação entre o risco

de divórcio e o número de filhos não é linear (Thornton, 1977). De facto, o risco de divórcio diminui com o nascimento de um filho, mas este declínio é maior quando a família passa de zero filhos para um, e vai sendo cada vez menor com o nascimento de cada filho (Xu et al., 2015).

Um maior número de filhos pode representar um fator de stress por exigir ao progenitor que dedique mais tempo ao exercício da parentalidade. Progenitores com mais que um filho também terão de ter em atenção as diferentes necessidades desenvolvimentais dos filhos com idades diferentes. O número de filhos também pode influenciar a situação económica da família, influenciando a forma como os progenitores fazem a gestão financeira e de que forma os ex-parceiros dependem financeiramente um do outro, bem como o acesso que estes pais e mães divorciados têm ao mercado de trabalho devido a restrições de tempo e a despesas relacionadas com os cuidados dos filhos. Para além do mencionado, um maior número de filhos pode dificultar a capacidade do progenitor de se afastar do ex-parceiro devido a obrigações parentais (Zimmerman, 2001). Todos estes fatores mencionados são importantes no ajustamento ao divórcio, pelo que é possível que, quanto maior o número de filhos, mais complexo este processo.

Objetivos

Este estudo tem o intuito de investigar de que modo a modalidade de residência dos filhos, o número de filhos e a dimensão *Negatividade Solitária* do ajustamento ao divórcio (PAST-A) influenciam a relação de cooperação na coparentalidade (QC). Para além disto, também se pretende averiguar qual o efeito de diferentes variáveis sociodemográficas e familiares no ajustamento ao divórcio e na coparentalidade.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as diferenças da variável perceção do nível socioeconómico e de algumas variáveis familiares (número de filhos e modalidade de residência dos filhos) na coparentalidade;
2. Analisar as diferenças da variável perceção do nível socioeconómico e de algumas variáveis familiares (número de filhos e modalidade de residência) no ajustamento ao divórcio;
3. Analisar a influência das variáveis familiares número de filhos e modalidade de residência dos filhos e da dimensão *Negatividade Solitária* do

ajustamento ao divórcio na *Cooperação* na coparentalidade.

Figura 1

Mapa Conceptual da Relação Hipotética Entre as VIs (Variáveis Sociodemográficas e Familiares) e a VD (Coparentalidade)

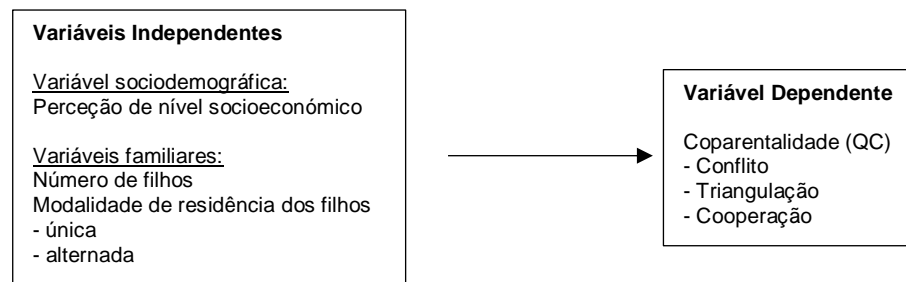


Figura 2

Mapa Conceptual da Relação Hipotética Entre as VIs (Variáveis Sociodemográficas e Familiares) e a VD (Ajustamento ao Divórcio)

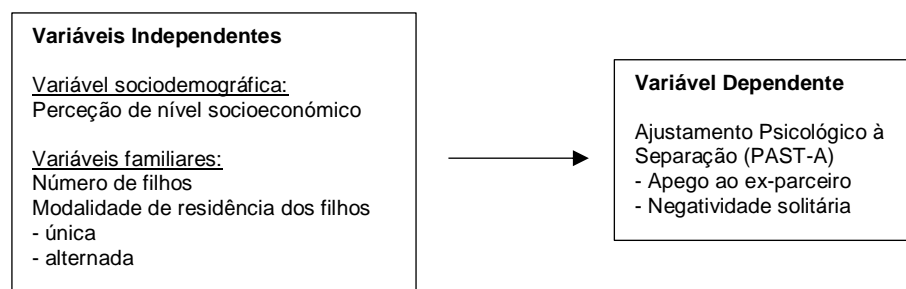
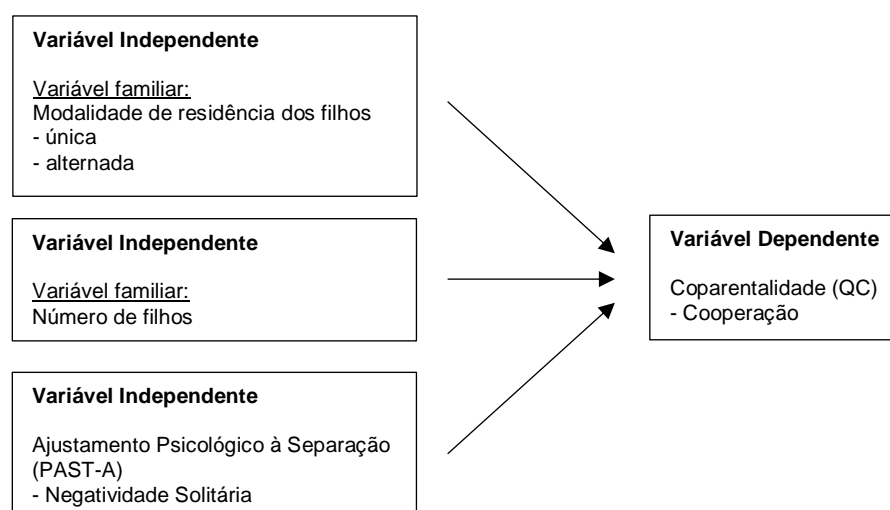


Figura 3

Mapa Conceptual da Influência de Cada VI (Modalidade de Residência dos Filhos, Número de Filhos e Negatividade Solitária) na VD (Cooperação na Coparentalidade)



Metodologia

Caracterização da amostra

A amostra foi recolhida através de um processo de amostragem não-probabilística, caracterizando-se como uma amostra por conveniência. É constituída por um total de 85 sujeitos que estão separados ou divorciados, com filhos crianças e/ou adolescentes, provenientes da relação que terminou em divórcio ou separação. A idade dos participantes varia entre os 30 e os 63 anos ($M=46.76$, $DP=6.606$) e a maioria são do género feminino (64.7%). A maior parte dos sujeitos encontra-se empregada (94.1%) e tem ou o ensino secundário (38.8%) ou a licenciatura (35.3%) como habilitações literárias. Para além disto, 72.9% dos sujeitos tem como local de residência uma cidade e 70.6% descrevem a sua situação financeira como “moderada”.

A amostra é composta maioritariamente por progenitores com mais de um filho (51.8%), com um regime de residência única (55.3%). Quanto ao exercício das responsabilidades parentais, a maioria dos sujeitos refere ter sido definido legalmente um exercício conjunto (63.5%).

Tabela 1

Estatísticas Descritivas das Características Sociodemográficas da Amostra

Variáveis	N	%
Género		
Feminino	55	64.7
Masculino	30	35.3
Idade		
30 – 43	25	29.4
44 – 47	23	27.1
48 – 51	18	21.2
52 – 63	19	22.4
Nacionalidade		
Portuguesa	83	97.6
Espanhol	1	1.2
Francês	1	1.2
Local de Residência		
Cidade	63	72.9
Vila	13	15.3
Aldeia	10	11.8
Habilitações Literárias		
Outro	2	2.4
2º ciclo do ensino básico (6º ano)	3	3.5
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	5	5.9

Ensino secundário (12º ano)	33	38.8
Licenciatura	30	35.3
Mestrado/Mestrado Integrado	10	11.8
Doutoramento	2	2.4
Situação Profissional		
Estudante	1	1.2
Desempregado/a	4	4.7
Empregado/a	80	94.1
Situação Financeira		
Elevada	2	2.4
Moderada	60	70.6
Baixa	17	20.0
Muito baixa	6	7.1

Tabela 2

Estatísticas Descritivas das Características Familiares e Dados Complementares da Amostra

Variáveis	N	%
Número de Filhos		
1	41	48.2
Mais que 1	44	51.8
Situação Civil		
Solteiro/a	8	9.4
Em união de facto (após o divórcio)	15	17.6
Recasado/a (um novo casamento após o divórcio)	4	4.7
Separado/a	6	7.1
Divorciado/a	52	61.2
Regime de Responsabilidades Parentais		
Exercício conjunto	54	63.5
Exercício única	23	27.1
Exercício não definido	6	7.1
Não se aplica	2	2.4
Regime de Residência dos Filhos		
Única	47	55.3
Alternada	16	18.8
Acordo flexível	19	22.4
Acordo não definido	3	3.5
Acompanhamento Terapêutico		
Sim	16	18.8
Não	69	81.2

Instrumentos e procedimentos de investigação

Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares

A equipa de investigação desenvolveu este questionário de forma a adquirir informações acerca de características sociodemográficas dos participantes no estudo, como a idade, género, local de residência, habilitações literárias e situação financeira. Para além disso, foram incluídas questões remetentes a dados familiares associados à separação, como há quanto tempo ocorreu o divórcio/ separação, estado civil atual, número de filhos e respetivas idades, regime de residência das crianças e regime das responsabilidades parentais.

Questionário de Coparentalidade (Pedro e Ribeiro, 2008)

O *Coparenting Questionnaire* (CQ) foi originalmente desenvolvido por Margolin et al. (2001), que objetivaram construir um instrumento que avaliasse a perceção que os cônjuges têm de si enquanto progenitores, atentando às limitações apresentadas pelos instrumentos já existentes. Assim, este instrumento inclui tanto os aspetos positivos como negativos da coparentalidade e avalia dinâmicas da triangulação. Para além disso, o CQ diminui efeitos de desejabilidade social, já que a coparentalidade é avaliada pelo parceiro. Por último, ao contrário dos demais instrumentos, o CQ avalia a coparentalidade independentemente da unidade familiar (Pedro & Ribeiro, 2015).

Este instrumento foi adaptado para a população portuguesa por Marta Pedro e Maria Ribeiro em 2010, sendo composto por 14 itens e três subescalas: *Cooperação*, *Conflito* e *Triangulação*. A subescala *Cooperação* (itens 1 a 5) refere-se o nível de apoio e respeito mútuo que os membros do casal sentem enquanto progenitores. A subescala *Conflito* (itens 10 a 14) avalia o conflito interparental relativo à educação dos filhos. Por último, a subescala *Triangulação* (itens 6 a 9) remete à tentativa de coligação com o filho ou filha por parte de um dos progenitores, com o objetivo de excluir o

outro progenitor. Resultados elevados indicam níveis elevados de cooperação, conflito e triangulação e os itens são cotados numa escala de tipo Likert, em que 1 equivale a *Nunca* e 5 equivale a *Sempre* (Pedro e Ribeiro, 2015).

As subescalas do Questionário da Coparentalidade apresentam, no estudo original, uma consistência interna elevada – *Cooperação* (.88), *Conflito* (.76) e *Triangulação* (.85). A consistência interna das subescalas, no presente estudo, mantém-se elevada - *Cooperação* (.93), *Conflito* (.73) e *Triangulação* (.90).

Psychological Adjustment to Separation Test – A (PAST-A, Lamela et al., 2013)

O *Psychological Adjustment to Separation Test* (PAST) é um instrumento desenvolvido por Sweeper e Halford (2006) que visa avaliar três dimensões do ajustamento psicológico ao divórcio: *Negatividade Solitária*, *Apego ao Ex-parceiro* e *Relação Coparental Pós-dissolução*. *Negatividade Solitária* remete ao sentimento de perda da rede social e do vínculo após a dissolução da relação e *Apego ao Ex-parceiro* refere-se ao desejo sentido por um indivíduo de reaproximação ao ex-parceiro após a separação. O instrumento está dividido em duas partes, sendo que a parte A (PAST-A) inclui as subescalas *Negatividade Solitária* e *Apego ao Ex-parceiro*. A parte B (PAST-B), é opcional e direciona-se a indivíduos que são progenitores (Lamela et al., 2013).

Em 2013, Lamela et al. adaptaram o PAST-A para a população portuguesa. O instrumento original é composto por 19 itens, porém dois desses itens foram retirados por não se adequarem à população portuguesa. Os itens 1, 3, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17 estão incluídos na subescala *Negatividade Solitária* e os restantes itens (2, 4, 5, 6, 7, 9 e 16) fazem parte da subescala *Apego ao Ex-parceiro*. Os resultados são cotados numa escala do tipo Likert, que varia de 1 (Discordo Fortemente) a 5 (Concordo Fortemente), sendo que quanto mais elevados forem os resultados mais problemas no ajustamento psicológico ao divórcio (Lamela et al., 2013).

No estudo original, a versão portuguesa da escala apresentou um nível elevado de consistência interna (.93), tal como as subescalas – *Negatividade Solitária* (.91) e *Apego ao Ex-parceiro* (.90). No presente o estudo a consistência interna da escala (.90) e das subescalas – *Negatividade Solitária*

(.87) e *Apego ao Ex-parceiro* (.84) – mantém-se elevada.

Seleção da Amostra e Recolha de Dados

A participação neste estudo requeria que os sujeitos cumprissem alguns critérios de inclusão: terem uma idade mínima de 25 anos e serem pais ou mães separados ou divorciados que tenham estado casados pelo menos durante um ano, com filhos/as que tenham resultado da relação que terminou. Foi apresentado aos participantes um consentimento informado, com a descrição destes requerimentos e onde foi explicado que a participação neste estudo é confidencial e voluntária.

O protocolo de investigação foi partilhado online através da plataforma *LimeSurvey*, em fevereiro de 2023.

Análises Estatísticas

As análises estatísticas dos dados foram feitas através do *software* IBM SPSS Statistics 27, o que incluiu análises exploratórias e descritivas de frequências, médias e desvios-padrões de forma a caracterizar a amostra.

Também foram feitos estudos inferenciais. A normalidade da distribuição das variáveis foi verificada através dos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk e da análise da assimetria e da curtose. Os resultados desta análise concluíram que algumas das variáveis não seguem uma distribuição normal. Foi verificada a confiabilidade das subescalas de cada instrumento através do coeficiente alfa de Cronbach, e concluiu-se que a consistência interna de todas as subescalas é elevada.

Para explorar a relação entre variáveis familiares, como o número de filhos e a sua modalidade de residência, no exercício da coparentalidade e no ajustamento psicológico ao divórcio foram realizadas análises da correlação de Pearson entre estas variáveis e cada subescala dos instrumentos utilizados.

Com o intuito de explorar a influência que variáveis familiares, como o número de filhos e a modalidade de residência, e ainda a negatividade solitária, têm na coparentalidade, foi realizada uma regressão linear múltipla. Para este efeito, foram criadas variáveis *Dummy*, em que a modalidade de residência dos filhos foi dividida em duas categorias (modalidade única ou outra), bem como o número de filhos (um filho ou mais que um filho).

Verificou-se que nenhuma das variáveis independentes se correlacionam fortemente entre si.

Resultados

Estatísticas descritivas dos instrumentos

Os instrumentos utilizados foram sujeitos a análises relativamente à média, ao desvio-padrão, aos valores mínimos e valores máximos.

Como se pode verificar na Tabela 3, a subescala do Questionário de Coparentalidade que apresentou a média mais elevada foi o *Conflito* ($M=13.13$; $DP=4.18$), enquanto a subescala *Triangulação* apresentou uma média mais baixa ($M=8.69$; $DP=4.63$). Estes resultados podem indicar que, no presente estudo, os sujeitos demonstram maior conflito no exercício de coparentalidade com o ex-cônjuge.

Tabela 3

Estatísticas Descritivas do Questionário da Coparentalidade

Subescala	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Cooperação	11.69	5.66	5.00	25.00
Triangulação	8.69	4.63	4.00	20.00
Conflito	13.13	4.18	5.00	25.00

Em relação ao *PAST-A*, a subescala *Negatividade Solitária* demonstra uma média mais elevada ($M=18.52$; $DP=6.77$) do que a da subescala *Apego ao Ex-parceiro* ($M=11.55$; $DP= 4.89$), pelo que se pode concluir que os indivíduos separados que compõem a amostra deste estudo experienciam maiores sentimentos de solidão.

Tabela 4

Estatísticas Descritivas do PAST-A

Subescala	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Negatividade Solitária	18.52	6.77	10.00	34.00
Apego ao Ex-parceiro	11.55	4.89	7.00	26.00

Estudo Inferencial

1. Analisar as diferenças das variáveis familiares número de filhos e modalidade de residência dos filhos, e do nível socioeconómico na coparentalidade.

Com o objetivo de responder a este primeiro objetivo, foi realizada uma análise de correlação entre as variáveis enumeradas e as subescalas do Questionário de Coparentalidade. A análise concluiu que existe uma correlação significativa entre a modalidade de residência e a dimensão da *Cooperação* ($r = .43, p < .01$) e uma correlação negativa fraca entre o número de filhos e a *Cooperação* ($r = -.19$) (Cohen, 1988).

Tabela 5

Resultados da Análise de Correlação Entre as Variáveis Familiares Nível Socioeconómico, Número de Filhos e Modalidade de Residência e as Subescalas do Questionário da Coparentalidade

	N.S. Económico	Nº filhos	Residência	Conflito	Triangulação	Cooperação
N.S.Económico	-					
N de filhos	.036	-				
Residência	.295	.004	-			
Conflito	-.068	.098	-.194	-		
Triangulação	.034	.130	-.165	.788**	-	
Cooperação	.199	-.191	.427**	-.508**	-.562**	-

** $p < .01$

2. Analisar as diferenças das variáveis familiares número de filhos e modalidade de residência dos filhos, e do nível socioeconómico no ajustamento ao divórcio.

Foi realizada uma análise de correlação entre as variáveis familiares elencadas neste segundo objetivo e as diferentes dimensões do ajustamento psicológico ao divórcio (*Apego ao Ex-parceiro* e *Negatividade Solitária*). Verificamos que existe uma correlação significativa entre a modalidade de residência e o *Apego ao Ex-parceiro* ($r = .26, p < .05$).

Tabela 6

Resultados da Análise de Correlação Entre as Variáveis Familiares Nível Socioeconômico, Número de Filhos e Modalidade de Residência e as Subescalas do PAST-A

	N.S. Económico	Nº filhos	Residência	Negatividade S.	Apego
N.S.Económico	-				
Nº filhos	.036	-			
Residência	.295	.004	-		
Negatividade S.	.311	.022	.047	-	
Apego	.266	.047	.260*	.647**	-

* $p < .05$; ** $p < .01$

3. Analisar a influência das variáveis familiares número de filhos e modalidade de residência dos filhos. e a dimensão *Negatividade Solitária* do ajustamento ao divórcio na *Cooperação* na coparentalidade.

De forma a responder a este objetivo, foi realizada uma regressão linear múltipla. Encontramos um efeito médio a grande das variáveis número de filhos, modalidade de residência dos filhos e *Negatividade Solitária* (N. S.) na cooperação ($F_{(3,78)} = 8.64$, $p < .001$, $R^2 = .25$), bem como um efeito médio do número de filhos e da modalidade de residência na *Cooperação* ($F_{(2,79)} = 10.39$, $p < .001$, $R^2 = .21$).

Estes resultados sugerem que cerca de 25% da variabilidade observada na *Cooperação* na coparentalidade pode ser explicada através de variáveis familiares como o número de filhos e a sua modalidade de residência (21%) e outras variáveis, como o nível de *Negatividade Solitária* (4%). Assim, estes resultados sugerem que a modalidade de residência dos filhos é uma variável determinante do nível de *Cooperação* e, conseqüentemente, do exercício de coparentalidade (Cohen, 1992).

Tabela 7

Resultados da Análise de Regressão Linear Múltipla para Variáveis Predictoras do Nível de Cooperação na Coparentalidade

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
Variáveis	B (DP)	β	B (DP)	β	B (DP)	β
Nº filhos	-1.77 (1.24)	-.16	-1.79 (1.22)	-.16	-1.76 (1.01)	-.16
Residência			4.85 (1.13)	.43	4.96 (1.11)	.44
Negatividade S.					-.17 (.08)	-.20
R^2	.03		.21		.25	
R^2 Ajustado	.01		.19		.22	
F	2.05		10.39***		8.64***	

*** $p < .001$

Discussão

O divórcio é um acontecimento disruptivo na vida de qualquer indivíduo que apresenta, não só uma oportunidade de crescimento, como também um momento de impasse e representa uma mudança que inclui uma série de perdas que, por sua vez, exacerbam sentimentos de solidão, depressão e ansiedade (Kitson & Morgan, 1990; Minuchin, 1974). São vários os fatores que determinam a forma como o indivíduo lida e se adapta à sua nova realidade após uma separação, e esses fatores incluem a qualidade da relação conjugal terminada e se o ex-casal tem filhos (Cabilar & Yilmaz, 2022). No caso de o ex-casal ter filhos, questões como o número e a modalidade de residência dos mesmos são importantes quando consideramos a forma como o exercício da coparentalidade muda após o divórcio, e quando consideramos de que forma esta mudança afeta o ajustamento psicológico após a separação (Sweeper & Halford, 2006).

Com o presente estudo pretendemos analisar de que forma o nível socioeconómico, o número de filhos e a sua modalidade de residência com os progenitores afetam o ajustamento ao divórcio e o exercício da coparentalidade. Também foi analisada a influência da dimensão *Negatividade Solitária* do ajustamento psicológico ao divórcio na *Cooperação*, uma dimensão da coparentalidade.

Segundo Williams & Cheadle (2016), um nível socioeconómico baixo está relacionado com depressão, ansiedade e baixa-autoestima e para estes autores seria de esperar que estes sintomas dificultassem a forma como o indivíduo elabora o divórcio e, conseqüentemente, o seu ajustamento psicológico à separação. O nível socioeconómico de um indivíduo também determina os recursos que tem ao seu dispor, o que inclui recursos a nível financeiro e de informação que poderão ajudar os progenitores nas suas funções parentais (Bluestone & Tamis-LeMonda, 1999) e, assim, coparentais. No entanto, os resultados deste estudo não apontam para que exista correlação entre o nível socioeconómico e o ajustamento ao divórcio e a coparentalidade, provavelmente devido às características da nossa amostra, pois a grande maioria dos respondentes percecionam a sua situação financeira como moderada.

Os resultados desta investigação indicam que a modalidade de

residência dos filhos está positivamente relacionada com a *Cooperação* na coparentalidade, na medida em que uma modalidade de residência alternada parece promover a *Cooperação*. Sabemos que, por um lado, uma modalidade de residência alternada permite ao pai estar mais próximo dos filhos e alivia a mãe do fardo de acarretar a maioria das responsabilidades parentais, o que promove a cooperação no exercício da coparentalidade (Bauserman, 2002; Bauserman, 2012; Breivik & Olweus, 2006; Nielsen, 2011). Por outro lado, progenitores com uma relação mais cooperativa, com recursos financeiros e boa qualidade parental estão mais aptos a escolher uma modalidade de residência alternada (Fehlberg et al., 2011).

Quanto ao ajustamento psicológico ao divórcio, existe uma relação positiva entre o *Apego ao Ex-parceiro* e a modalidade de residência dos filhos. Um indivíduo que ainda nutre sentimentos amorosos pelo ex-cônjuge pode desejar manter essa aproximação e inibir quaisquer sentimentos negativos, o que o leva a optar por uma modalidade de residência alternada de modo a potenciar o contacto com o outro progenitor (Berman, 1988; Weiss, 1976).

Segundo os resultados do nosso estudo, quanto maior o número de filhos, menor o nível de *Cooperação* na coparentalidade. De facto, para alguns autores (Xu et al., 2015), o exercício da parentalidade vai mudando com o aumento dos filhos, sendo que, cada vez que uma criança surge na família, os progenitores têm de reajustar os seus papéis enquanto progenitores, pelo que este ajuste vai sendo mais dificultado com o aumento do número de filhos. Na nossa amostra, o número de filhos não apresenta uma relação significativa com o ajustamento psicológico ao divórcio, o que não vai ao encontro da literatura. Segundo Zimmerman (2001), o número de filhos pode apresentar-se como um fator determinante do ajustamento ao divórcio por dificultar a capacidade do progenitor de se afastar emocionalmente do ex-parceiro; no entanto, a amostra utilizada neste estudo apresentou pontuações baixas na dimensão *Apego ao Ex-parceiro* do ajustamento psicológico ao divórcio ($M=11.55$; $DP= 4.89$). Este resultado pode ser devido à dimensão e características da amostra a que tivemos acesso.

A regressão linear múltipla realizada concluiu que, na amostra utilizada, o número de filhos e a sua modalidade de residência são fatores determinantes do nível de *Cooperação* na coparentalidade, na medida em que ter mais que um filho e os filhos viverem numa modalidade de residência

única são fatores de vulnerabilidade no que toca à relação de cooperação com o ex-cônjuge no exercício da coparentalidade. A *Negatividade Solitária* também se apresentou como um fator importante na *Cooperação* no exercício da coparentalidade, pelo que, quantos mais sintomas de solidão, menores os níveis de cooperação. Perdas sucessivas na rede social, consequentes de acontecimentos disruptivos como o divórcio, são muitas vezes causadoras de sofrimento e insegurança por o indivíduo sentir que não tem ninguém a quem recorrer, o que afeta negativamente o seu ajustamento ao divórcio (Dykstra & Fokkema, 2007). Segundo Moral et al. (2021), esta dificuldade no ajustamento potencia a existência de conflito coparental e dificulta a existência de uma relação de cooperação.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi compreender de que forma a modalidade de residência dos filhos, o número de filhos e o nível socioeconómico percebido pelo respondente influenciam o ajustamento ao divórcio e o exercício da coparentalidade. Verificamos que uma modalidade de residência alternada promove a cooperação na coparentalidade e sentimentos de apego ao ex-parceiro, ao contrário do que acontece com o número de filhos, pelo que um maior número de filhos se apresenta como um fator de vulnerabilidade no que concerne a cooperação no exercício da coparentalidade.

É importante considerar as limitações deste estudo quando pensamos nos seus resultados. Para além do tamanho da amostra ser reduzido (85 sujeitos), 64.7% dos respondentes era do género feminino e 70.6% afirmou ter um nível socioeconómico moderado, o que pode ter limitado as análises feitas com esta variável. Assim, para investigações futuras, seria interessante utilizar uma amostra mais heterogénea, com sujeitos em situações financeiras mais extremas.

Outra limitação a salientar é o facto das correlações verificadas entre as variáveis *nível socioeconómico*, *número de filhos* e *modalidade de residência* com a coparentalidade e o ajustamento psicológico ao divórcio serem fracas, apesar de significativas. Este resultado pode ter sido influenciado pelo número reduzido da amostra.

Apesar das limitações supramencionadas, a nossa investigação contribui para um aumento do conhecimento acerca de como o ajustamento

psicológico ao divórcio é influenciado e que fatores são determinantes no exercício coparental pós-separação. Ao longo da realização deste estudo, verificou-se que a teoria no que toca à relação entre o número de filhos e o ajustamento psicológico ao divórcio é bastante escassa. Serve este estudo, então, para incentivar futuras investigações no sentido de preencher esta lacuna de forma a melhor compreender e, assim, melhor ajudar os indivíduos divorciados com filhos.

Tendo em conta que o divórcio é cada vez mais prevalente, um aprofundamento do conhecimento nesta área é de grande importância. Assim, quanto mais se souber acerca do funcionamento psicológico após o divórcio e o exercício da coparentalidade, melhor será a qualidade da intervenção psicológica, nomeadamente da prática clínica, incluindo na terapia familiar no divórcio.

Bibliografia

Amato, P. R., Kane, J. B., & James, S. (2011). Reconsidering the “good divorce.” *Family Relations*, *60*(5), 511–524.

<https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00666.x>

American Psychological Association. (n.d.). *Socioeconomic status*. Em *APA dictionary of psychology*. Retirado a 10 de abril, 2023, de

<https://dictionary.apa.org/socioeconomic-status>

Ambert, A. M. (1988). Relationships with former in-laws after divorce: a research note. *Journal of Marriage and the Family*, *50*(3), 679.

<https://doi.org/10.2307/352637>

Baucom, K. J. W., Chen, X. S., Perry, N. S., Revolorio, K. Y., Reina, A., & Christensen, A. (2017). Recruitment and retention of low-SES ethnic minority couples in intervention research at the transition to parenthood. *Family Process*, *57*(2), 308-323.

<https://doi.org/10.1111/famp.12287>

- Bauserman, R. (2002). Child adjustment in joint-custody versus sole-custody arrangements: A meta-analytic review. *Journal of Family Psychology, 16*(1), 91–102. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.16.1.91>
- Bauserman, R. (2012). A Meta-analysis of Parental Satisfaction, Adjustment, and Conflict in Joint Custody and Sole Custody Following Divorce. *Journal of Divorce & Remarriage, 53*(6), 464–488. <https://doi.org/10.1080/10502556.2012.682901>
- Berkule-Silberman, S. B., Dreyer, B. P., Huberman, H. S., Klass, P. E., & Mendelsohn, A. L. (2010). Sources of parenting information in low SES mothers. *Clinical Pediatrics, 49*(6), 560–568. <https://doi.org/10.1177/0009922809351092>
- Berman, W. H. (1988). The role of attachment in the post-divorce experience. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*(3), 496–503. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.54.3.496>
- Bevino, D. L., & Sharkin, B. S. (2003). Divorce adjustment as a function of finding meaning and gender differences. *Journal of Divorce & Remarriage, 39*(3-4), 81–97. https://doi.org/10.1300/j087v39n03_04
- Bluestone, C., & Tamis-LeMonda, C. S. (1999). Correlates of parenting styles in predominantly working- and middle-class African American mothers. *Journal of Marriage and the Family 61*(4), 881-893. <https://doi.org/10.2307/354010>
- Breivik, K., & Olweus, D. (2006). Adolescent's Adjustment in Four Post-Divorce Family Structures. *Journal of Divorce & Remarriage, 44*(3-4), 99–124. https://doi.org/10.1300/j087v44n03_07
- Cabilar, B., & Yilmaz, A. E. (2022). Boşanma ve Boşanma Sonrası Uyum: Tanımlar, Modeller ve Uyumun Değerlendirilmesi. *Psikiyatride*

Guncel Yaklasimlar - Current Approaches in Psychiatry, 14(1), 1–11. <https://doi.org/10.18863/pgy.910766>

Callahan, K. L., Scaramella, L. V., Laird, R. D., & Sohr-Preston, S. (2011). Neighborhood disadvantage as a moderator of the association between harsh parenting and toddler-aged children's internalizing and externalizing problems. *Journal of Family Psychology* 25(1), 68-76. <https://doi.org/10.1037/a0022448>

Cohen, J. (1988). Statistical power analysis for the behavioral sciences. *Journal of the American Statistical Association*, 73(363), 680. <https://doi.org/10.2307/2286629>

Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155–159. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.112.1.155>

Cowan, P. A., & McHale, J. P. (1996). Coparenting in a family context: Emerging achievements, current dilemmas, and future directions. *New Directions for Child and Adolescent Development*, (74), 93–106. <https://doi.org/10.1002/cd.23219967408>

Damota, M. D. (2019). The effect of divorce on families' life. *Journal of Culture, Society and Development*, 46, 6-11. <https://iiste.org/Journals/index.php/JCSD/article/view/46925>

DeGarmo, D. S., Forgatch, M. S., & Martinez Jr., C. R. (1999). Parenting of divorced mothers as a link between social status and boys' academic outcomes: unpacking the effects of socioeconomic status. *Child Development* 70(5), 1231-1245. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.67.5.711>

- Dykstra, P. A., & Fokkema, T. (2007). Social and Emotional Loneliness Among Divorced and Married Men and Women: Comparing the Deficit and Cognitive Perspectives. *Basic and Applied Social Psychology, 29*(1), 1–12.
<https://doi.org/10.1080/01973530701330843>
- Fehlberg, B., Smyth, B., Maclean, M., & Roberts, C. (2011). Legislating for Shared Time Parenting after Separation: A Research Review. *International Journal of Law, Policy and the Family, 25*(3), 318–337. <https://doi.org/10.1093/lawfam/ebr015>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting, 3*(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01
- Havermans, N., Vanassche, S., & Matthijs, K. (2017). Children's Post-Divorce Living Arrangements and School Engagement: Financial Resources, Parent–Child Relationship, Selectivity and Stress. *Journal of Child and Family Studies, 26*(12), 3425–3438.
<https://doi.org/10.1007/s10826-017-0843-0>
- Juby, H., Le Bourdais, C., & Marcil-Gratton, N. (2005). Sharing roles, sharing custody? Couples' characteristics and children's living arrangements at separation. *Journal of Marriage and Family, 67*(1), 157–172. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2005.00012.x>
- Kelly, J. B. (2007). Children's Living Arrangements Following Separation and Divorce: Insights from Empirical and Clinical Research. *Family Process, 46*(1), 35–52. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2006.00190.x>

- Kitson, G. C., & Morgan, L. A. (1990). The multiple consequences of divorce: A Decade Review. *Journal of Marriage and the Family*, 52(4), 913. <https://doi.org/10.2307/353310>
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese Version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A Study with Recently and Non-recently Divorced Adults. *Journal of Happiness Studies*, 15(2), 387–406. <https://doi.org/10.1007/s10902-013-9427-x>
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2015). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment. *Child Psychiatry & Human Development*, 47(5), 716–728. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 205–216. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722010000100022>
- Maisel, N. C., & Karney, B. R. (2012). Socioeconomic status moderates associations among stressful events, mental health, and relationship satisfaction. *Journal of Family Psychological* 26(4), 654–660. <https://doi.org/10.1037/a0028901>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037//0893-3200.15.1.3>
- Minuchin, S. (1974). *Families and Family Therapy*. Cambridge, MA and London, England: Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674041127>

Moral, M. A., Chimpén-López, C. A., Lyon, T. R., & Adsuar, J. C. (2021).

The relationship between differentiation of self and psychological adjustment to separation. *Healthcare*, 9(6), 738.

<https://doi.org/10.3390/healthcare9060738>

Nielsen, L. (2011). Shared Parenting After Divorce: A Review of Shared

Residential Parenting Research. *Journal of Divorce & Remarriage*,

52(8), 586–609. <https://doi.org/10.1080/10502556.2011.619913>

Nomaguchi, K., & Milkie, M. A. (2020). Parenthood and well-being: a

decade in review. *Journal of Marriage and Family* 82(1), 198-223.

<https://doi.org/10.1111/jomf.12646>

Número de divórcios por 100 casamentos. Pordata. (2023).

<https://www.pordata.pt/portugal/numero+de+divorcios+por+100+casamentos-531>

Öksüzler Cabilar, B., & Yilmaz, A. E. (2022). Boşanma ve Boşanma Sonrası

Uyum: Tanımlar, Modeller ve Uyumun Değerlendirilmesi.

Psikiyatride Guncel Yaklasimlar - Current Approaches in

Psychiatry, 14(1), 1–11. <https://doi.org/10.18863/pgy.910766>

Patterson, J. M. (1988). Families experiencing stress: I: The Family

Adjustment and Adaptation Response Model; II: Applying the

FAAR model to health-related issues for intervention and research.

Family Systems Medicine, 6(2), 202–237.

<https://web.p.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=4&sid=323852a3-e390-403c-84e0->

[5299c37d7db5%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1laG](https://web.p.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=4&sid=323852a3-e390-403c-84e0-5299c37d7db5%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1laG)

[9zdC1saXZlJnNjb3BIPXNpdGU%3d#AN=SN050847&db=sih](https://web.p.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=4&sid=323852a3-e390-403c-84e0-5299c37d7db5%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1laG9zdC1saXZlJnNjb3BIPXNpdGU%3d#AN=SN050847&db=sih)

Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação Portuguesa do

Questionário da Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e

Cooperação na Coparentalidade e Ajustamento ao Divórcio: Impacto da Modalidade de Residência, Número de Filhos e Nível Socioeconómico
 Maria Joana Silva (e-mail: mjoanasilva09@gmail.com) 2023

- Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Steinman, S. B., Zimmelman, S. E., & Knoblauch, T. M. (1985). A study of parents who sought joint custody following divorce: who reaches agreement and sustains joint custody and who returns to court. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 24(5), 554–562. [https://doi.org/10.1016/s0002-7138\(09\)60056-x](https://doi.org/10.1016/s0002-7138(09)60056-x)
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology*, 20(4), 632–640. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.4.632>
- Terhell, E. L., Broese van Groenou, M. I., & van Tilburg, T. (2004). Network dynamics in the long-term period after divorce. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(6), 719–738. <https://doi.org/10.1177/0265407504047833>
- Thornton, A. (1977). Children and Marital Stability. *Journal of Marriage and the Family*, 39(3), 531-540. <https://doi.org/10.2307/350907>
- Wang, H., & Amato, P. R. (2000). Predictors of divorce adjustment: stressors, resources, and definitions. *Journal of Marriage and Family*, 62(3), 655–668. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00655.x>
- Weiss, Robert S. (1973). *Loneliness : the experience of emotional and social isolation*. Cambridge, Mass : MIT Press
- Weiss, R. S. (1976). The emotional impact of marital separation. *Journal of Social Issues*, 32(1), 135–145. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1976.tb02484.x>

- Williams, D. T., & Cheadle, J. E. (2016). Economic hardship, parents' depression, and relationship distress among couples with young children. *Soc Ment Health* 6(2), 73-89.
<https://doi.org/10.1177/2156869315616258>
- Von Soest, T., Hansen, T., Wagner, J., & Gerstorf, D. (2018). Personality processes and individual differences. *Journal of Personality and Social Psychological* 114(6), 945-958.
<http://dx.doi.org/10.1037/pspp0000123>
- Xu, Q., Yu, J., & Qiu, Z. (2015). The impact of children on divorce risk. *The Journal of Chinese Sociology*, 2(1), 1-20.
<https://doi.org/10.1186/s40711-015-0003-0>
- Zimmerman, D. K. (2001). *Custodial Mother Adjustment to Divorce: Divorce Education, Family Functioning, and Psychological Health* [Tese de Doutorado, University of Louisville]. ProQuest.
<https://www.proquest.com/docview/304703304/abstract/BD1F76DF08E4DBBPQ/5?accountid=43959>